

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Determinada autoridade judiciária em evidência na mídia participará de evento público de grande repercussão. O deslocamento da referida autoridade até o local do evento será feito em carro oficial e, por exigência protocolar, a autoridade deverá percorrer cerca de 200 metros a pé em praça pública, até a sua acomodação no local do evento.

Considerando os fatores que influenciam o planejamento, a operacionalização e a execução da segurança da autoridade judiciária no caso em apreço, julgue os itens a seguir.

- 51 Dada a característica peculiar do evento, na definição do esquema de segurança do dignitário, é recomendável que se inicie pela utilização de técnicas mais complexas, reduzindo-se para as mais simples, sempre em busca da maior interferência possível.
- 52 O planejamento e a execução da segurança no decorrer do evento em apreço devem ser eminentemente repressivos, confrontando-se as situações de perigo tão logo presumidas.
- 53 A situação social e econômica da área e a eficiência dos órgãos de segurança pública são fatores a serem considerados para a eficácia do planejamento da segurança da autoridade no evento em questão.
- 54 Para o prévio planejamento de segurança e a sua eficaz execução, a confirmação oficial da presença da autoridade ao evento em tela deverá ser feita com bastante antecedência à data de sua realização.
- 55 Deve ser evitada, ao máximo, a utilização de recursos afetos aos órgãos de segurança pública envolvidos no referido evento, cuja ação pode apresentar deficiência e reduzir a acessibilidade ao local.

Julgue os próximos itens, relativos a noções de segurança da informação e de serviço de inteligência.

- 56 A coleta de informações e de dados publicados em mídias sociais permite, por exemplo, a análise de sentimentos e de padrões de publicações, bem como a avaliação de temas divulgados em massa, extremamente relevantes quando a autoridade sob proteção é figura pública e amplamente conhecida.
- 57 São atributos básicos e fundamentais para a segurança da informação a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade.
- 58 A análise de riscos, além de englobar as ameaças e as vulnerabilidades, estende-se aos impactos decorrentes de cada evento adverso.
- 59 Considere que determinado cidadão, sem qualquer vínculo com agências de inteligência, tendo como alvo a vida de determinada autoridade pública e, mediante o emprego de técnicas amadoras e sem especialização, inicie atividade ilícita com vistas à obtenção de acesso a dados sensíveis e coleta de informações referentes à referida autoridade. Nessa situação hipotética, cabe à equipe de contrainteligência responsável pela segurança do dignitário adotar procedimentos destinados a neutralizar as ações adversas.
- 60 A atividade de inteligência está diretamente associada à análise de riscos, porquanto objetiva a produção de conhecimentos com vistas à redução de vulnerabilidades e à neutralização de ameaças.

No decorrer de uma audiência em determinada vara de justiça criminal, o réu, tendo-se aproveitado de um descuido da segurança interna, tomou o magistrado como refém e exigiu sua liberdade como condição para a soltura da autoridade. O primeiro interventor acionou apoio e equipe especializada em negociação para dar andamento ao gerenciamento da crise.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os itens que se seguem.

- 61 Se, porventura, houver a decisão do uso de força letal para o gerenciamento da crise em questão, deverão ser utilizados todos os recursos de apoio a uma ação tática coordenada, mantendo-se a prática de negociação.
- 62 O negociador terá papel fundamental na resolução da crise em tela e deverá, em razão de proximidade e empatia eventualmente desenvolvidas com o perpetrador, ter poder de decisão quanto à melhor ação tática a ser empregada.
- 63 Em razão de caráter inesperado da situação, o processo de gestão de crise deve envolver exclusivamente os procedimentos a serem adotados no decorrer do evento crítico, de acordo com o desenrolar dos acontecimentos.
- 64 Na situação em apreço, caberá ao primeiro interventor da crise conter o perpetrador do ato criminoso e isolar o local, iniciando, de imediato, o processo de negociação.
- 65 Se o causador da crise resolver entregar-se antes da chegada da equipe especializada, ele deverá, em regra, ser retirado do local em primeiro lugar.

A respeito dos conceitos fundamentais de segurança orgânica, segurança patrimonial, de instalações e de informações, julgue os itens que se seguem.

- 66 A educação de segurança é o processo pelo qual são apresentados aos servidores normas e procedimentos de segurança referentes aos cuidados relacionados a documentos e assuntos sigilosos, com o objetivo de desenvolver e manter uma efetiva mentalidade de segurança, assim como de instruir o público interno e externo para o seu fiel cumprimento.
- 67 São princípios da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário a preservação da vida e a garantia dos direitos e valores fundamentais do Estado democrático de direito, bem como a proteção dos ativos do Poder Judiciário.
- 68 O plano de segurança orgânica da instituição tem como objetivo contemplar riscos como alagamento, desabamento e furtos.
- 69 Serão dispensados de se submeter ao pórtico detector de metais, ao acessar as dependências dos tribunais, os integrantes de escolta de presos.

Julgue os itens a seguir a respeito de prevenção e combate a incêndio.

- 70** De acordo com as normas de segurança contra incêndio, as saídas de emergência devem ser fechadas à chave ou presas findo o último turno de trabalho.
- 71** Extintores portáteis, hidrantes e chuveiros automáticos são exemplos de equipamentos utilizados no combate a incêndios já instalados.
- 72** Recomenda-se que os extintores de incêndio com carga de gás carbônico sejam inspecionados mensalmente.
- 73** Os incêndios de classe A são os que ocorrem em materiais sólidos, como madeira e papel, que não deixam resíduos, e queimam o material superficialmente e em profundidade.
- 74** Hidrantes podem ser utilizados para combater incêndios da classe B, porém a água deverá ser utilizada sob a forma de jato sólido.
- 75** Se, durante o processo de fritura de alimentos, o óleo em uma panela pegar fogo, então, nesse caso, a água não é o agente extintor adequado, devendo-se utilizar um extintor para classe de líquidos inflamáveis ou extintores da classe K.

Em relação a primeiros socorros e plano de evacuação, julgue os itens subsequentes.

- 76** A primeira atitude a ser tomada em local de acidente é avaliar os riscos que possam colocar em perigo a pessoa prestadora dos primeiros socorros.
- 77** Os exercícios simulados de abandono predial podem ser realizados de forma parcial, divididos por setor, área, edificação e processos, desde que, no tempo estipulado em norma, toda a planta da edificação seja contemplada.
- 78** Em caso de crise compulsiva, deve-se puxar a língua da vítima, a fim de se evitar possível sufocamento.

Acerca do sistema de inteligência, julgue os itens a seguir.

- 79** Na busca de fontes abertas, um dos maiores desafios é a verificação da autenticidade e precisão das informações coletadas.
- 80** Os tribunais deverão promover a capacitação de seus agentes de segurança, a qual poderá ser desenvolvida mediante convênios estabelecidos com órgãos policiais.

Julgue os itens a seguir, referentes aos sistemas de proteção dos direitos humanos e à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

- 81** O Pacto de São José da Costa Rica veda a execução da pena de morte enquanto pendente a decisão da autoridade competente para a apreciação do seu pedido.
- 82** Segundo a DUDH, o direito de procurar e de gozar asilo em outros países é garantido a todo ser humano, em quaisquer condições.
- 83** A Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem competência para realizar visitas *in loco* e para solicitar opiniões consultivas à Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- 84** A DUDH prevê a gratuidade de instrução ao menos nos graus elementares e fundamentais.

Em relação ao controle de convencionalidade e à interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos, julgue os itens seguintes.

- 85** A denúncia de um tratado de direitos humanos não é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- 86** No âmbito do controle de convencionalidade nacional, diferentemente do que ocorre em âmbito internacional, é possível a submissão de norma oriunda do poder constituinte originário ao crivo de compatibilidade com determinado tratado de direitos humanos.
- 87** É do STF a competência interna para a realização do controle de convencionalidade, que consiste na verificação da compatibilidade da norma legal interna com os tratados e as convenções supralégais, inclusive aquelas que integrem o bloco de constitucionalidade restrito.
- 88** Para que os tratados de direitos humanos internalizados ao ordenamento pátrio alcancem o *status* de norma constitucional, é preciso sujeitar seu texto ao procedimento de votação no Congresso Nacional, semelhante àquele exigido para a aprovação de leis complementares.

A respeito da teoria geral dos direitos humanos e da afirmação histórica desses direitos, julgue os itens subsecutivos.

- 89** A primeira afirmação histórica dos direitos humanos coincide com a internacionalização desses direitos, materializada por meio da DUDH, também denominada Declaração de Paris, no contexto da criação da ONU.
- 90** O atributo da indivisibilidade denota que todos os direitos humanos gozam da mesma proteção jurídica.
- 91** A eficácia horizontal dos direitos humanos, sob o ângulo da função de defesa desses direitos, refere-se à proteção na relação entre Estados soberanos.
- 92** A terceira geração dos direitos humanos diz respeito aos direitos de titularidade coletiva, a exemplo da paz mundial e do meio ambiente equilibrado, consagrando o princípio da solidariedade.

Considerando a Parte Geral do Código Penal e a doutrina correlata, julgue os itens a seguir.

- 93** É isento de pena o agente que, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- 94** É isento de pena o agente que houver praticado conduta típica e ilícita, mas não culpável, sob coação, moral ou física, irresistível.
- 95** Suponha que Roberto, com *animus laedendi* e de forma injusta, tenha começado a agredir Amarildo, sem que este tenha dado causa a tal conduta, e que Amarildo, depois de cessadas as agressões contra si, tenha passado a agredir Roberto. Nessa circunstância, Roberto agirá em legítima defesa sucessiva caso se defenda das agressões perpetradas por Amarildo.
- 96** Deve-se aplicar o arrependimento posterior quando o acusado de crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa reparar, integral e voluntariamente, o dano até o momento da prolação da sentença.

Acerca dos crimes previstos no Código Penal, julgue os próximos itens.

- 97** Suponha que um indivíduo, durante um seminário acadêmico sobre violência sexual na faculdade em que estuda, tenha divulgado vídeo com cenas de um estupro cuja vítima era uma amiga sua, maior de idade, que havia consentido com a divulgação do material. Nessa situação, não se configura o crime de divulgação de cena de estupro.
- 98** Os crimes de concussão e de extorsão têm similitudes, contudo, enquanto a concussão se caracteriza pela exigência de vantagem indevida por um funcionário público sem o uso de violência ou ameaça, a extorsão envolve coação.
- 99** Considere que um indivíduo, utilizando-se de arma de fogo de uso permitido, mate um desafeto dele. Nessas condições, o delito será tipificado como homicídio qualificado, com todos os seus consectários legais.
- 100** Suponha que Romualdo, réu primário, seja condenado pela prática de furto de pequeno valor mediante fraude, cometido por meio de dispositivo informático não conectado à Internet. Nessa situação, é cabível a substituição da pena de reclusão pela de detenção, em razão da primariedade do réu.

Com relação ao inquérito policial e às provas no processo penal, julgue os itens que se seguem.

- 101** A acareação, cuja finalidade é a apuração da verdade, será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, bem como entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes, não podendo ocorrer entre as pessoas ofendidas.
- 102** Nos crimes processados via ação pública, o inquérito policial será iniciado sempre de ofício e deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando o indiciado estiver solto em razão do pagamento de fiança.
- 103** Devido ao direito fundamental ao sigilo da correspondência, não é permitido proceder-se à busca pessoal a fim de apreender cartas, ainda não abertas, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato.

No que se refere à cadeia de custódia, julgue o item a seguir.

- 104** O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio, devendo o agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial ficar responsável por sua preservação.

Acerca das prisões cautelares, julgue os itens subsequentes.

- 105** A prisão temporária terá o prazo de cinco dias, prorrogável, de forma automática, por igual período.
- 106** Suponha que um policial flagre uma pessoa praticando furtos na rua e consiga abordá-la, mas que, no momento, ela não porte nenhum documento de identificação, havendo dúvidas sobre sua identidade civil. Nesse caso, é admitida a decretação da prisão preventiva.

A respeito de crimes contra a administração pública, crimes de abuso de autoridade, crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor, e crimes contra o patrimônio, julgue os itens a seguir, observando, no que couber, a jurisprudência dos tribunais superiores.

- 107** Os crimes de abuso de autoridade são de ação penal pública incondicionada, admitindo a substituição das penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito, que poderão ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
- 108** É prescindível para a consumação do crime de furto a posse mansa, pacífica e desviada do bem subtraído, bastando a posse de fato da *res furtiva*.
- 109** Em recente decisão, o STF entendeu que o crime de desacato previsto no Código Penal não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, podendo, no entanto, as ofensas proferidas contra agentes públicos ser enquadradas no crime de injúria, com acréscimo de pena quando a vítima for servidor público.
- 110** Nos crimes de racismo, é obrigatório que a vítima esteja acompanhada de advogado ou defensor público em todos os atos processuais.

Em relação ao exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, julgue os itens a seguir, com base na Resolução CNJ n.º 344/2020.

- 111** Os agentes e inspetores da polícia judicial que forem cedidos ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ainda que continuem a exercer as funções em seus órgãos de origem, poderão ser designados para obtenção do porte de armas.
- 112** No caso de infração penal praticada nas dependências físicas de tribunal, seu presidente poderá, sem prejuízo da requisição da instauração de inquérito policial, instaurar procedimento apuratório preliminar, ainda que o infrator não esteja sujeito à jurisdição do referido tribunal.

À luz do Estatuto da Pessoa Idosa e do Estatuto da Pessoa com Deficiência, julgue os itens a seguir.

- 113** O procedimento para a imposição de penalidade administrativa no caso de infração às normas de proteção à pessoa idosa pode ser deflagrado por meio de requisição do Ministério Público ou mediante auto de infração elaborado por servidor efetivo.
- 114** A prioridade do trâmite de processo judicial para pessoas idosas limita-se às situações em que esses indivíduos figurem como parte no processo.
- 115** As instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, são obrigadas a disponibilizar aos estudantes com deficiência recursos de tecnologia assistiva, que ampliem as habilidades funcionais desses alunos, sem prejuízo da cobrança de valores adicionais às mensalidades no cumprimento dessas determinações.
- 116** Juizes e tribunais que, no exercício de suas funções, se depararem com fatos que caracterizem violações aos direitos e garantias das pessoas com deficiência deverão reportar esses eventos ao CNJ, remetendo a este conselho as peças do processo, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

De acordo com a Resolução CNJ n.º 383/2021, que criou o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

- 117** Ressalvadas as prioridades estabelecidas na Constituição Federal de 1988, e na legislação ordinária, os processos nos quais o réu seja suspeito de atos de violência ou ameaça contra autoridades deverão ser instruídos e julgados com prioridade em todos os tribunais e órgãos de primeiro grau.
- 118** É legítimo ao juiz, mediante decisão fundamentada, determinar a destinação de armas de fogo, munições ou equipamentos de segurança apreendidos aos órgãos de segurança institucional dos tribunais e conselhos, desde que tais objetos não mais interessem à persecução penal.
- 119** O Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário tem, entre os integrantes permanentes na condição de órgãos de cúpula, as seguintes instituições: o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal.
- 120** A Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário é executada pelo Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (SINASPJ), cuja coordenação é de responsabilidade do Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário (DSIPJ).
-

Espaço livre